

ENTREVISTA **ESMERALDA DOURADO**, Membro do júri de atribuição dos prémios IRGA

“Bolsa tem de ser alternativa à banca”

Prémios Gestora alerta que “as empresas não têm muitas alternativas e o excesso de endividamento é elevado”.

Filipe S. Fernandes
deconomico@economico.pt

Esmeralda Dourado, 62 anos, é o novo membro do júri de atribuição dos prémios IRGA, que continua a ser presidido por Manuel Alves Monteiro. Defende que devia existir uma “uma bolsa de administradores independentes não executivos credenciados a que as empresas pudessem recorrer para as nomeações para os seus boards. Actualmente, a maior parte das vezes a escolha é feita com base na amizade, nas influências e porque dá jeito”.

Fez o curso de Engenharia Química Industrial pelo Instituto Superior Técnico e iniciou a sua carreira na Covina (Indústria de vidro), a que se seguiu a banca como vice-presidente do Citibank, administradora do Banco Fonsecas e Burnay, da União de Bancos Portugueses e do Interbanco, banco criado por João Pereira Coutinho da SAG. Em 2000 passou a ser CEO do grupo SAG onde é administradora. É administradora dos Grupos SAG e SGC, presidente do Conselho de Estratégia da Partac SGPS e administradora não executiva do BCP Capital.

Considera que os investidores já confiam no mercado de capitais e em Portugal?

Há indicadores que vão nesse sentido de que é exemplo a forma como Portugal se tem financiado e as taxas de juro a que tem colocado a sua dívida recentemente. Mas uma coisa é a dívida soberana, outra o investimento directo em empresas e em dívida corporativa em que a questão não é de confiança mas de pricing. Neste aspecto há ainda descontrolo entre o ‘sell-side’ e o ‘buy-side’. **Como é que se podem atrair mais empresas para Bolsa? Por que é que as empresas preferem o financiamento bancário ao da Bolsa?**

Tem-se de atrair mais empresas para o mercado de capitais, nomeadamente as médias empresas, mas para isso é necessário simplificar os procedimentos/processos e baixar os custos. Mas isto é uma parte do proble-

ma, existem obstáculos mais complexos e relacionados com aspectos culturais. Estes têm a ver sobretudo com o receio em partilhar a gestão e o capital e, ainda, com as obrigações do mercado de capitais quanto à transparência e escrutínio das contas e da gestão/governance.

Acredito que no futuro as empresas terão de olhar para o mercado de capitais; Portugal é um dos países em que o financiamento bancário é ainda predominante como fonte de financiamento à economia. Com uma maior simplificação e custos menores, o mercado de capitais é uma alternativa de financiamento e reforço de capital até porque as empresas hoje não têm muitas alternativas e a descapitalização e o excesso de endividamento são elevados.

A Bolsa tem exigências que grande parte das empresas não pode ou não quer enfrentar?

Há um pouco das duas. Há empresas que não podem porque o mercado de capitais implica procedimentos e custos elevados. Outras empresas podem mas não querem enfrentar o esforço das alterações de governação, transparência e escrutínio que tem de ser implementadas. Há portanto que desenvolver esforços para que a Bolsa se torne mais atractiva e por outro lado fazer com que as empresas compreendam e aceitem a implementação de práticas de governação e de prestação de informação que lhe são exigidas.

A debacle do BES e os seus impactos já foram absorvidos pelo sistema financeiro, a economia e o mercado capitais ou pode haver consequências?

Os grandes impactos já foram percepcionados mas ainda não totalmente absorvidos, mas existem ainda outros impactos sequenciais que não foram observados. A debacle foi grande e a totalidade dos impactos só vão ser percebidos com a materialização da venda do Novo Banco; aí vai se percepcionar melhor os impactos no fundo de resolução nos bancos e eventualmente nos contribuintes.

Qual é o estado da arte em ter-



“
Tem-se de atrair mais empresas para o mercado de capitais, nomeadamente as médias empresas, mas para isso é necessário simplificar os procedimentos/processos e baixar os custos.”

Júri

- Manuel Alves Monteiro (presidente)
- Alberto de Castro
- António Gomes Mota
- Esmeralda Dourado
- Francisco Murteira Nabo
- João Duque
- Jorge Coelho
- José Miguel Júdice
- Luís Amado
- Rui Rio
- Vítor Bento

mos de corporate governance em Portugal? Não devia haver um código de governo das empresas?

Em termos de corporate governance, tanto a CMVM no que se refere aos princípios gerais como o IPCG quando à auto-regulação têm os preceitos estabelecidos. Outra coisa é a a sua implementação e o escrutínio. Se não houver compromisso no sentido de aplicar os princípios do bom governo tudo se resume ao cumprimento de um mero acto administrativo. É um problema cultural: se não se activa este compromisso não há princípios nem códigos que sejam eficazes.

Para os princípios do bom governo estarem no ADN da empresa, tem de conseguir impregnar a organização com estes princípios de forma a que todos os stakeholders se sintam empenhados e consignados. A CMVM, o IPCG, a AEM têm feito um trabalho meritório mas enquanto não houver uma cultura

favorável e um compromisso das organizações não haverá boa governação.

Qual deve ser o papel dos administradores independentes nas empresas cotadas?

São uma peça fundamental para a boa governação. Deveria ser criada uma bolsa de administradores independentes não executivos credenciados a que as empresas pudessem recorrer para as nomeações para os seus ‘boards’. Actualmente, a maior parte das vezes a escolha é feita com base na amizade, nas influências e porque dá jeito.

A existência de administradores verdadeiramente independentes é um factor de confiança de transparência e de segurança para o mercado e para os ‘stakeholders’. Devia ser uma exigência, por exemplo, dos supervisores e credores, fazendo sentido tanto em empresas cotadas como em empresas não cotadas. ■